

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CONTABILIDADE

THIAGO ROBSON ULISSES BACURAU

**A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO PÚBLICA DIGITAL PARA
O CONTADOR NA ATUALIDADE**

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2021

THIAGO ROBSON ULISSES BACURAU

**A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO PÚBLICA DIGITAL PARA
O CONTADOR NA ATUALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso – *Artigo Científico*,
apresentado à Coordenação do Curso de Graduação
em Contabilidade do Centro Universitário Doutor
Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para
a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Esp. Alyne Leite de Oliveira

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2021

THIAGO ROBSON ULISSES BACURAU

**A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO PÚBLICA DIGITAL PARA
O CONTADOR NA ATUALIDADE**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do
Trabalho de Conclusão de Curso de Thiago Robson
Ulisses Bacurau.

Data da Apresentação ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Esp. Alyne Leite de Oliveira

Membro: Me. Antonia Valdelucia Costa- Unileão

Membro: Esp. Samara Romão da Costa Facundo Oliveira-Unileão

JUAZEIRO DO NORTE-CE

2021

A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO PÚBLICA DIGITAL PARA O CONTADOR NA ATUALIDADE

Thiago Robson Ulisses Bacurau¹
Alyne Leite de Oliveira²

RESUMO

O presente estudo sobre o SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) na atualidade destaca o potencial e evolução do profissional da contabilidade em função desse progresso tecnológico. Essa pesquisa objetiva apresentar algumas normas e diretrizes legais que deram fundamentação o SPED, expondo algumas de suas características, bem como a sistemática do mesmo, comprovando os reflexos da implantação do SPED para os profissionais da contabilidade. Diante das pesquisas feitas percebe-se a importância de se discutir o papel do contador como protagonista nos tempos atuais, onde vivencia-se um notório aceleração de transformações em todos os setores da sociedade, visualizando, entre outras coisas, a capacidade de absorver as mudanças que e são vivenciadas, bem como as que virão. A metodologia utilizada durante o estudo se constituiu de natureza qualitativa se enquadrando também como exploratória, foi realizado um estudo bibliográfico, utilizando o estudo sistematizado de dados teóricos de materiais disponíveis como, artigos científicos, livros, legislações e materiais de leitura da internet. Essa pesquisa constitui-se assim de suma importância para a percepção de toda a sociedade a despeito do aperfeiçoamento dos serviços de escrituração através do SPED.

Palavras Chave: SPED. Transformações. Progresso Tecnológico. Contabilidade

ABSTRACT

This study seeks to show SPED (Public Digital Bookkeeping System) today, highlighting the potential and evolution of the accounting professional due to this technological progress. This research aims to present some legal norms and guidelines that gave foundation to SPED, exposing some of its characteristics, as well as its systematic, proving the consequences of SPED implementation for accounting professionals. In view of the research carried out, the importance of discussing the role of the accountant as a protagonist in current times is perceived, where there is a notorious acceleration of transformations in all sectors of society, visualizing, among other things, the ability to absorb changes that and are experienced, as well as those to come. The methodology used during the study was qualitative in nature, also fitting as exploratory, a bibliographical study was carried out, using the systematic study of theoretical data from available materials such as scientific articles, books, legislation and internet reading materials. This research is thus of paramount importance for the perception of the entire society despite the improvement of bookkeeping services through SPED.

Keywords: SPED. Transformations. Technological Progress . Accounting

¹ Graduando do Curso de Contabilidade do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/Unileão
thiagobacurau96@gmail.com

² Professora do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/UNILEÃO, Especialista em Logística Empresarial, Mestranda em Direito da Empresa e dos Negócios/UNISINOS, Supervisora do Eixo de Operações de Varejo_alyneoliveira@leaosmpaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A aplicação da escrituração na contabilidade, a princípio, foi empregada através da indispensabilidade em catalogar o patrimônio das empresas, no qual os profissionais consistiam em ser triviais recebedores de conhecimento, com a incumbência de relacionar informações, oferecer condições exigidas pelas regras tributárias e planejar informações e outras declarações. Índícios mostram que os contadores operavam com o manuseio de muitos papéis, sendo realizados manualmente todos os processos, muitas vezes ocasionando erros nas operações e desgaste mental e físico na realização desses trabalhos.

De acordo com Mahle e Santana (2009), no decorrer do tempo, a contabilidade passou por profundas transformações fazendo-se necessárias várias adaptações em seus procedimentos, com o ajuste das diretrizes e manifestação contábeis. Há uma discussão permanente sobre essas transformações. É evidente a modificação no ajuste da contabilidade no tempo em que avalia o dever do contador que se desloca para assessorar, com efeito, para uma coordenação programada nas organizações.

Conforme Tessmann (2011), as constantes alterações tecnológicas levam a um maior desenvolvimento e praticidade não só do meio físico, mas também da empresa. É inegável que na prática esse procedimento intenciona aperfeiçoar o trabalho profissional contábil, facilitando o trabalho com o uso da tecnologia, permitindo agilidade na intensa rotina diária da escrituração contábil. Isso ocorre porque os dados são adequados de forma precisa, já que as novas leis normativas atuam diante da explicação de softwares que facilitam no planejamento do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) que é apresentado pelo Governo para trazer benefícios para os empresários e contadores.

Visando discutir com os estudos atuais acerca desta temática buscando assim mostrar a importância da implantação do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) na atualidade, destacando o potencial e evolução do profissional da contabilidade em função desse progresso tecnológico. Com a contabilidade modificando-se vem aos poucos surgindo um novo modelo de contabilidade digital atualmente, um pouco de história do seu surgimento, com a finalidade de refletir sobre a relevância desse tema no meio.

O presente artigo também discute sobre o lado positivo da substituição da contabilidade tradicional pela contabilidade digital que está presente de forma visível no cotidiano, através do acesso à tecnologia, que é constante nos dias atuais, bem como analisar os critérios da tecnologia e da internet que foram criados para facilitar o serviço do contador, visto que o setor contábil tradicional vai ganhando outro formato, embora não desprendendo

de sua base original.

Durante as pesquisas feitas para esse estudo existem muitas discussões acerca de destaque atribuindo a essa temática, para o contador, numa linha de conhecimento e adequação dos serviços aplicados no cotidiano, que segundo os dados pesquisados são utilizados desde o princípio da existência humana e se mostram relevantes para toda a sociedade como um todo. Após o estudo ficou nítido que o SPED trouxe um impacto positivo não simplesmente na contabilidade quão intensamente nos distintos campos tecnológicas das atividades contábeis alinhadas. Dentre as benfeitorias destacam-se as demonstrações da contabilidade fidedignas e integras diminuição dos custos e a emissão e minimizar a atualização de documentos em papel, e o aprimoramento dos serviços de Escrituração.

Atendendo ao objetivo do estudo desta pesquisa utilizaram-se todas as investigações com autores especializados o que tornou essa pesquisa mais completa, sendo realizado uma apreciação bibliográfica onde buscou meios de dispor as questões nas quais se refletiu no decorrer desse estudo, a pesquisa revela o limite que os demais pesquisadores chegaram com seus esforços, assim como quais o método e os procedimentos que foram utilizados, as dificuldades encontradas na tentativa de discorrer sobre o tema, sabendo que muito ainda deve ser dito e estudado.

Foi utilizado o método de pesquisa exploratória por se tratar de um tema inovador, sendo assim é visível a escassez de matérias publicadas nessa área contábil, pois a mesma vivencia ainda um período de transição e sofre mudanças constantes. A pesquisa, nesse contexto, dialogou visando assim um aprofundamento no conhecimento para aperfeiçoar as ideias que já existem. A pesquisa bibliográfica é utilizada para compor a fundamentação teórica a partir da avaliação atenta e sistemática de livros, periódicos, documentos, textos, mapas, fotos, manuscritos, e até mesmo, de material disponibilizado na internet.

Por se tratar da contemporaneidade, não tem uma bibliografia específica, tem sua fundamentação teórica elaborada através de pesquisas bibliográficas auxiliada em sites, livros contábeis, artigos científicos publicados em revistas de órgão contábeis.

Muitos pesquisadores vieram compor esse estudo como: Borges, Barreto, Cruz e Silva, Miranda. Oliveira, entre outros que discutem as transformações na área contábil e o lado positivo das mesmas, onde saindo da forma tradicional com a utilização do papel como fonte principal de arquivar dados, passando a forma digital que veio com a intenção de assegurar os dados e facilitar o trabalho do profissional contábil.

2 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A contabilidade apareceu no começo da vivência humana, necessitado à precisão do homem em obter conhecimentos a deferência de suas riquezas. Para que se abranja a Contabilidade, pois, como divisão respeitável do saber humano, que é imprescindível, se faz remontar a suas intensas procedências (SÁ, 2008, p.21).

A contabilidade pode ser determinada como conhecimento que minuta as ligações acontecidas em uma entidade, com a alvo de sintetizar esses acontecimentos em demonstrativos, que poder espalhar a situação patrimonial e de decorrência da entidade, com o desígnio fundamental de determinar elementos que colaborem para chegar nas disposições (QUINTANA, 2014).

Para Palhares e Rodrigues (1990), os iniciais indicativo de atividades comerciais surgiram a 4500 a.C. donde culturas, assírios, caldeus e sumérios, da Mesopotâmia se consagraram à agricultura e impetraram a cidades e aumentar atividades comerciais. O apontamento dessas combinações eram transcritos em placas de argila, donde nelas eram examinados decorrência arranjados numa ceifa, os objetos calembures, os impostos e taxas arrecadadas pelas seitas religiosas.

Barreto (2011) descreve essa origem alegando que os cientistas garantem que desde o homo sapiens, há cerca de 40 mil anos atrás, já se confirmava algum tipo de noção de contabilidade. Determinadas grutas constituíram provas antediluvianas, como na gruta de Daurignac no setor do Haute, ao sul da França e, além disso, registros iguais também foram achados no Brasil, no Município de Raimundo Nonato, no Piauí.

De acordo com Zanluca e Zanluca (2013), a contabilidade apareceu junto à própria história da humanidade, conforme os cientistas ela é tão remota quanto à ascendência do homo sapiens, há quase 2.000 anos a.C. Toda via, antes que a raça humana criasse a escrita e os cálculos, ele criou a forma de inscrição mais primitiva que é a artística. Nesse contexto o homem das cavernas, usando sua arte, passou a exibir a riqueza patrimonial em seu poder, através de registros nas cavernas e fragmentos de ossos.

Para Sá(2010), partes de fosseis de rena foram achados em possível pequenas no Sul da França e varias grutas guardam inda, em países da Europa e no Brasil, registros sobre artefatos e animais. A caricatura do animal ou da coisa simulava a natureza da serventia que o homem incivilizado havia tomado e conservara; a precipitação que aproximadamente consecutivamente se adotavam ao desenho do fato ou objeto denunciava a abundância vivente.

Seguindo a linha de Lida e Crepaldi (2017), de forma fundamental, os desenhos postos nas grutas marcando quantidades do que se tinha ali, a qualidades dos desenhos marcados com precisão, desde daquela época, aplicava-se o princípio da entidade, levando em consideração que o nome não seria esse, utilizando os artefatos, os pertences os objetos da época para contabilizar seus bens, através de uma conta primitiva de propriedade e quantidade.

Para Lida e Crepaldi (2017), com o passar do momento, as coisas foram ficando mais complexas e as mesmas começaram a ter mais formato, as diversidades vinham surgindo formando riquezas, com isso ia se aprimorando o critério de registrar a conta, foi por aí que surgiu o apontamento de uma escrituração contábil, que rotulava e demonstrava a abastança patrimonial da pessoa e também sua família.

Para Lida e Crepaldi (2017), a fase do empirismo dos homens primitivos, que no primeiro registro de forma imperfeita, sendo baseado em suas riquezas, davam andamento para se contornarem ao difuso dos tempos cada bolada mais abstrusos.

Segundo Zanluca e Zanluca (2013), acabando a era da pedra eram registrados as primeiras escrituras, caricatura e gravações. Os iniciais mandos eram colocados pelos templos, perdurados por inúmeros séculos.

Conforme explicita Lida e Crepaldi (2017), sendo ágil, o setor contábil, foi se desenvolvendo com a geminação de apontamentos e sinetes de confiança. Os registros tornaram-se corriqueiros e foram resumidos em papiros e tabelas, no final de cada estação, e em seguida sofrendo uma nova sinterização, agrupando vários grupos, lembrando o diário, balancete e balanço.

2.1 PERÍODO ANTIGO

De acordo com Zanluca e Zanluca (2013), há milênios a área contábil caminha de mãos pareadas com o homem, acessório em seu incremento financeiro, organizando, controlando, servindo de guia para não se perder o prumo dos seus negócios, seus bens, sua vida financeira. Nesse período já se visualiza um objetivo detalhado da contabilidade, a finalidade seria o patrimônio, representado pelo rebanho e outros bens nos seus conceitos quantitativos. Para o homem daquela época organizar e proceder a seus apontamentos, empregando meios mais eficazes como esculpir pintar, desenhar e com isso surgindo métodos alternativos.

Conforme Barreto (2011), nesse período ressalta-se também a presença do inventário,

registro de suma importância, pois eles contavam seus animais, quantos tinham; quantos se perdiam e a receita de venda desses animais, tudo era registrado, esse método concebido para o domínio das riquezas, que eram considerados conforme as possibilidades que tinha: rebanhos, escravos, metais entre outros.

O vocábulo conta remete ao ajuntamento de coisas da própria classe. A primeira escrita contábil surgiu com o fim da Era da Pedra Polida, onde se registrava o início das primeiras gravações e desenhos. Para Zanluca e Zanluca (2013), os sumérios e babilônicos, abem como o povo assírio, criavam suas escriturações em objetos de argila da forma que lhes convinha para organizar suas anotações, mantendo-se famosas tábuas pequenas de Uruk, que mesuravam cerca de 2,5 a 3,3 centímetros.

Os apontamentos constituíam em completar da seguinte forma: registrava-se a face do animal, do qual a essência se aspirava em ter o controle e o número proporcional as cabeças efetivas. Apesar de não ter sofisticação, o registro em sua forma corresponde ao que é hoje. O nome da conta, Matriz, por exemplo, representa a imagem gravada. Enquanto a forma quantitativa.

Conforme Zanluca e Zanluca (2013) o setor contábil é ativo e desenvolveu-se com a duplicação de documentos e Selos de Sgilos. Os registros eram feitos periodicamente e, conseqüentemente foram reduzidos em tábuas ou papiros no fim de cada ação de período. Modificaram-se nova recapitulação, juntando novos ciclos, períodos, no que nos remete ao diário, o balancete mensal e o balanço anual. Em todo caso já se sabia a comparação entre perdas e ganhos na aquela época, contava-se o princípio da competência. distinguia a receita no qual era confrontada com a despesa.

O povo egípcios que viveram há muito tempo, aproximadamente 6000 anos a.C. deixaram um legado importantíssimo, o acervo dos seus registros contábeis. Pesquisas mostram que o apuramento egípcio se dava desta forma a seguir: a escrita era fiscalizada pelo Fisco Real, pelo que tinha os escriturários caprichosos e dedicados.

Para Zanluca e Zanluca (2013), o inventário era muito significativo para a contabilidade egípcia, o boi era contabilizado especialmente porque na sua cultura eles eram tidos como uma divindade, contavam-se seus bens imóveis e móveis de forma ajustada, mesmo com o desenvolvimento primitivo eles tinham os controles administrativos financeiros organizados.

De acordo com Zanluca e Zanluca (2013), As Partidas de Diário eram parecidas com os processos de hoje, pois o registro apresentava-se com o período e a designação da referida conta, acompanhando-se quantitativos unitários e totalidade arrebatamentos, caso surgisse, sempre em uma seguida por cronograma de entradas e saídas. Um exemplo desse tipo de

contabilidade são as contas de recebimento dos escravos, as contas de vendas realizadas diariamente e as contas sintéticas mensais dos diversos tributos.

Segundo Lida e Crepaldi (2017), partiram os egípcios os primitivos povos a empregar o valor pecuniário em seus registros, seu numerário na época era necessariamente a prata e o ouro, chamado Shot. Em toda via era uma legitimação, de maneira bem simples, do Começo do conseqüente corriqueiro dinheiro.

2.2 PERÍODO MEDIEVAL

Conforme Lida e Crepaldi (2017), no período medieval lentamente foi se passando para um registro de excelente particularidade, como entre os sumérios-babilônios, há mais de 6.000 a.C. o comércio era abundante e o autoridade contemplativo sobre o Estado que sempre imperava ao lado do rei era vultoso e importante, perpetrar os registros em bocados de barro com peritas técnicas concentradas, relatando cada fato, resumindo o movimento diário ou de grande período em companhia de acontecimentos, como pagamentos de impostos, trabalho realizado, colheitas, entre outras.

O grande período da Era Técnica foi um marco para a história do mundo, segundo Zanluca e Zanluca (2013) singularmente para a narrativa da contabilidade, pois a mesma contém coisas imponentes para a humanidade, como a invenção do moinho de vento e o acabamento da bússola, com essas inventos a indústria artesanal cresceu o surgimento de expertas no sistema de mineração e metalurgia, o livro caixa auferia fatos de aceitação e pagamentos em pecúlio já aplicavam o débito e o crédito de forma bem rude, provenientes das afinidades entre direitos e obrigações, e atribuindo-se preliminarmente as pessoas.

Os registros eram feitos em apoucado peças de barro, todas concernentes a cada acontecimento (de início), a seguir sintetizadas em uma grande (que foi da circulação diário ou de maior período) e também se juntavam por natureza de acontecimentos (remuneração de mão-de-obra, pagamentos de impostos, colheitas etc. (SÁ, 2002, p.23).

Segundo Sá(2002), na era da Antiguidade , o saber contábil estava delimitado ao registro e suas, mas já estaria sendo trabalhado e também demonstrado em escolas, em conjunto com a disciplina de matemáticos. Grandiosamente era a utilização dos livros na antiguidade clássica, porque enorme era a análise dos fatos; os romanos possuíam um livro

de escrituração de fatos patrimoniais para cada atividade que era desenvolvida (livro da fabricação do azeite, livro da fabricação do vinho, livro dos bens patrimoniais, livro das despesas e receitas etc. (SÁ, 2002).

Quando se tratava do trabalho escravo nesse período foi concedido que o mesmo se tornasse trabalho remunerado, ficando assim os documentos mais precisos. No século X, surgiram as primeiras organizações na Itália, como o metodologia das Partidas Dobradas, ninguém sabe ao certo em qual região da Itália, alterando e fortificando a burguesia.

Segundo Lida e Crepaldi (2017), já no século XIII surgiu a conta Capital correspondendo à importância dos recursos inserida nas instituições por parte de famílias que eram proprietárias.

Segundo Iudícibus (2000), compreende-se que a contabilidade nessa ocasião, teve seu desenvolvimento nas cidades italianas de Veneza, Gênova, Florença, Pisa e adentre outras da Europa a obrigação a grande atividade mercantil, cultural e econômica na região. Seus empreendimentos industriais e comerciais contavam com os processos mais avançados que devido à grande atividade mercantil, cultural e econômica na região que poderiam existir naquela época.

Para que o processo capitalista se desenvolvesse nesse período medieval, foram necessários alguns fatores. (BRADEL2009, p. 535):

[...] uma capitalização de mercado vigorosa e em progresso. Para tal concorre uma série de fatores, geográficos, demográficos, agrícolas, industriais, comerciais. [...] em toda a parte há o mesmo encadeamento, a mesma evolução criadora [...]. Essa onipresença é a exame de que a capitalização de mercado, por toda a parte a mesma, com poucas modificações, é a base imprescindível, impensada, irrelevante, de alguma sociedade que exceda acetado folhoso.

Para Iudícibus (2000), com seu surgimento deu origem a adoção de outros livros que transformassem mais analítica a contabilidade, aparecendo o livro Contabilidade de Custos. No começo do século XIV surgiram registros declarados de custos comerciais e industriais, nas suas variadas formas: custo de aquisição, custo de transporte, juros sobre capital referente aos períodos transcorridos entre as aquisições, mão de obra direta reunida, juntar, tingir e entre outros, o que significavam uma adequação muito analítica para época.

2.3 PERÍODO MODERNO

Segundo Zanluca (2013), o que marcou esse período foi à etapa da pré-ciência que precisava ser mencionado a importância de três eventos na aquela época: Por volta de 1453, os turcos assumem Constantinopla, o que improvisou com que bons cordatos bizantinos saíssem daquela região, especialmente para Itália. No ano de 1492, é descoberta a América e, em 1500, o Brasil, o que imaginava uma imensa possível riqueza pra alguns países europeus. Em 1517, aconteceu a melhora religiosa; os crentes, acuados na Europa, foram para as Américas, onde se aprofundaram e encetaram nova história.

Já para Sombra (2013), o período da era moderna começa em 1494 até os meados de 1840, mas alguns anos antes pode ter contido enorme preponderância no seu destino quando os turcos tomaram Constantinopla, diante o fato acrescido na biografia, alguns sábios bizantinos partiram, maiormente pra Itália.

De acordo com Zanluca (2013), a Contabilidade era imprescindível para se fundar a autoridade de várias riquezas que Novo Mundo idealizava, a entrada da artifício contábil nos empenhos particulares foi um reforço de comerciantes italianos do séc. XIII. As permutas a empreendimentos comerciais e o que adquiriu em espécie o aumento de documentos exclusivos que juízo que havia interesse dos mercedores e investidores e, ao adequado tempo, frequentassem aos comerciantes, em suas semelhanças com os consumidores e os aplicados.

Ainda para Zanluca (2013), o surgimento da obra de Frei Luca Pacioli, considerado um presente do grande artista Leonardo da Vinci, da região da Toscana, marca o começo da era atual do setor contábil.

2.3.1 Frei Luca Pacioli

De acordo com Zanluca (2013), considerado um dos pilares da área contábil, Paciole escreveu *tractatus de Computis et Scripturis* (Contabilidade por partidas dobradas), tem do sua publicação em 1494, destacando-se com veemência que a teoria contábil do crédito e do débito equivale a conjectura dos números negativos e positivos. Tendo uma vasta gama de conhecimentos em Matemática, contabilista, teólogo entre outras profissões, sua obra que mais chama atenção é *Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalitá''*, impressa em veneziano na qual conta o seu trabalho sobre Contabilidade e Escrituração.

Zanluca e Zanluca (2013) ressaltam que mesmo com o título de pai desta área não foi

ele que criou as Partidas Dobras. Essa técnica já era utilizada na Itália, especialmente na Toscana desde o período por volta do século XIV. O tratado relevava a princípio, o essencial ao bom comerciante. A seguir definia o inventário e como fazê-lo, falava-se dos livros mercantis: memorial, diário e razão, e sobre a autenticação deles, história, aquisições, sociedades entre outras, se referindo sobre as contas de modo geral, como abrir e finalizar, contas de armazenamento, lucros, perdas; colocava-se Pro e Dano para recuperações de eventuais erros sobre os registros nas contas e documentos.

Segundo Zanluca (2013), primeiro vinha o devedor, em seguida o credor, método que se usa até hoje. Na Itália foi o primeiro país a ter limites, não se podia trabalhar com contabilidade se não fosse um profissional qualificado. Era notória que a contabilidade estava crescendo e se desenvolvendo com o crescimento do mercado exterior e com as guerras que acontecia nos séculos XVIII e XIX que destinaram variadas falências e decorrente a utilidade de se advir a determinação das perdas e os lucros entre credores e devedores.

2.4 PERÍODO CIENTÍFICO

Conforme Martins, Diniz e Miranda (2012), a contabilidade gerencial que disseminava subsídios aos gestores (bancos), agora também atende aos empenhos dos gestores e criadores. E é neste panorama de novas aquisições, que se envolve o mundo moderno e dá princípio ao mundo científico, que se inicia em 1840 até a atualidade. No século XIX nasceram às primeiras escolas do pensamento contábil na Europa, que transpõe a ser um princípio básico de gestão.

Segundo Martins (2012), a revolução industrial foi algo considerável para o desenvolvimento contábil no mundo científico. Foi daí que surgiram as empresas de grande porte fazendo com que houvesse um crescimento significativo da economia e fortalecendo os centros comerciais. Sendo assim a contabilidade que atendia a classe dos credores começou a ser útil também aos investidores e gestores.

Zanluca e Zanluca (2013), desde antiguidade, nesse período vem a se destacar uma dupla de grandes autores: Francisco Villa, escritor milanês, contabilista público, na sua obra *La Contabilista Applicattaalleamministrazioni Private e Plubbliche*, inicia nova fase, e Fabio Bésta, escritor veneziano.

Para Zanluca e Zanluca (2013), com os estudos em evolução no que diz se refere a contabilidade, houve o aparecimento de três escolas que segue o pensamento contábil: a primeira tinha com diretor Francisco Villa foi a Escola Lombarda, a escola Toscana, chefiada

por Giuseppe Cerbone foram a Escola Veneziana, por Fábio Bésta.

Cruz; Silva (2001) resalta que a primeira escola, liderada por Francisco Villa, a Escola Lombarda que se nomeava Materialismo Substancial, na qual se identificava a escrita contábil somente como parte mecânica, não se obrigava a admitir que a contabilidade limitava-se no registrar e evidenciar, sugeria em admitir a classe, os pormenores, as regras, as práticas e as leis que reagem ao patrimônio.

Ribeiro Filho, Lopes, Perdeneiras (2009), a segunda escola era a Escola Personalista, tinha como diretor Giuseppe Cerboni, que passa a existir na segunda metade do século XIX, com o adágio que as contas careceriam ser abertas tanto para pessoas físicas como jurídicas e o deve e haver representavam o que chamamos hoje débitos e créditos das pessoas a quem as contas foram abertas. A terceira escola, a Escola Veneziana, tinha Fábio Bésta como seu idealizador, seguidor de Francisco Villa, mostrou o elemento primordial da conta, o valor, e chegando bem próximo de definir o Patrimônio como componente da Contabilidade.

Segundo Zanluca (2013), no século XVII, já dão os primeiros passos à contabilidade para ser lecionada nas universidades com a disciplina de comércio de corte, em 1809. Com a obra de Francisco Villa que se fez oportuno para tomar parte de um concurso sobre a área contábil, consagrada pelo governo da Áustria, que retomaria a cidade de Lombarda sua cidade natal. Para Zanluca (2013) ainda de acordo com os autores acima citados, ele superou a definição do que seria o requisito na contabilidade, pelo que se conota para os quais a escrituração e os guarda-livros que conseguiram ser realizadas por pessoas inteligentes, ele defendia essa tese, para ele a contabilidade resulta entender a natureza das contas, os detalhes e as normas, leis, práticas contábeis que comandam a matéria administrativa, ou melhor, dizendo o patrimônio, era um pensamento patrimonialista.

Zanluca (2013) Fábio Bésta era um aluno promissor e seguidor de Francisco Vella, ele suplantou o seu mestre e descreveu o elemento essencial da conta, o valor, e chegou perto de determinar o patrimônio como objeto da contabilidade. Já em 1923 o Vincenzo Mazi seguidor de Fábio Bésta, definiu o patrimônio como peça fundamental da contabilidade, em termos essenciais da contabilidade para época, se pode constatar que a contabilidade passava a ser mais que um mero registro, e sim seria o mecanismo fundamental de gestão.

Já para Sombra (2013) ficou destacado esse período, com o crescimento contábil pelo mundo, pra escola européia e seus pilares, com o término de sua queda e o nascimento de uma escola concreta em sua estrutura, o que é característica até nos dias atuais que é a escola norte-americana. Dando continuidade a esse estudo notar-se-á com mais clareza como nasceu a contabilidade no país e seu valor.

2.4.1 No Brasil

De acordo com Lida e Crepaldi (2017), em meados do século XVIII no ano de 1770, houve a criação da primeira regulamentação da profissão de contador no país. Que foi remetida por Dom José, Rei de Portugal, ficando determinado o registro da matrícula das pessoas que trabalhavam nesta área. Sendo assim o profissional adquiriu o nome de guarda-livros até a metade dos anos 1970.

Conforme Zanluca (2013) desde da estadia da família real aqui no país, potencializou-se a atividade colonial, reivindicando uma melhor solenidade fiscal. Formando o Erário Régio ou Tesouro Nacional e Público pertencente ao Banco do Brasil em 1808.

Para Lida e Crepaldi (2017), nas instituições do ensino superior no Brasil, notam-se duas metodologias dessemelhantes utilizadas ao ensino de contabilidade, sendo, no que se diz respeito a escola italiana, sendo a potência da expressão contábil durante vários anos no Brasil, onde explanava as discussões a exaltada acerca das inúmeras correntes de pensadores que se inseriam nas escolas da Itália.

Iudicibus (2000), no início do século XX, vem mostrar que com surgimentos de corporações grandiosas, foi criada uma area prospera para as ações contábeis norte-americanas, por causa do grande ampliação econômica e a maximização do mercado de capitais. O legado da escola anglo-saxônica colaborou para progresso da contabilidade, deixando um campo solido na área da auditoria e também havendo uma valorização do investidor como usuário dos serviços contábil.

A primeira regulamentação no Brasil foi em 1870 para o exercício do profissional contábil pelo decreto Imperial nº 4.475. Leite (2005) menciona que em 1973, inicia a crise mundial do petróleo e a economia brasileira, após os anos de euforia do milagre econômico, também entrou em colapso, pois esse desequilíbrio mundial abalou negativamente as contas externas. Com o mercado de capitais que estava se desenvolvendo, a legislação necessitava de um avanço, e assim surgiu um fato relevante na contabilidade brasileira.

Lida e Crepaldi (2017), diz que a partir da lei 6.385/76, foi criada a CVM Comissão de Valores Mobiliários com o objetivo de fiscalizar, normatizar, disciplinar e desenvolver o mercado de valores mobiliários no Brasil, conforme apresenta o Conselho de Valores Mobiliários.

Martins (2012) explicita que, ainda no ano de 1976, foi publicada a nova Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404 sobre uma imensa influencia americana e de uma forma

de caráter mais visado para quem fazia investimentos, essa lei procurava padronizar os parâmetros contábeis e retificar as corporações abertas. Em dada a circunstância, o Brasil tem um campo de atuação em contabilidade mais amplo onde a mesma deixa de ser menos teórica e passa a ser mais prática, onde a contabilidade detém mais informações precisas que nessas referidas informações, dessa forma ela pode fornecer a tomada de decisões para sociedade.

Para Leite (2005), é perceptível diante do exposto que a história da contabilidade que aparece no começo da vida humana foi favorecida de muitas contribuições que cresceram em seu desenvolvimento. A contabilidade, nesse sentido, foi de grande valia na antiguidade e evoluiu para os tempos atuais como algo indispensável, não só para as pessoas jurídicas, as grandes empresas e comércios, mas também continuou a fazer parte da vida das pessoas físicas como algo imprescindível a sucessão dos dias, a atividade do contador, nessa conjunção, é tido como aquele que constituído de conhecimentos específicos deverá auxiliar a sociedade como um todo através de seus serviços.

3 CONTABILIDADE E SUAS DEFINIÇÕES

Para Roncalio (2010), a área contábil é definida como 'Ciência Social' que mergulha em estudos, análises, registra e evidencia tudo que considera como patrimônio de um órgão para oferecer subsídios aos usufrutuários de dentro ou de fora dessa unidade. Para a história da contabilidade, é evidente a afinidade entre a evolução da contabilidade e a evolução das atividades sociais, comerciais e econômicas.

Pontuado partes do desenvolvimento histórico desta ciência, é de grande valia o reconhecimento que esporadicamente e bastante incerto o estado da arte se avança com intensidade criando uma ligação entre o coeficiente de ampliação econômico, social e institucional das coletividades consideradas, em cada período. O alcance da maximização das conjecturas contábeis e de seus métodos está abertamente coligado, na maior parte das ocasiões ao grau de alargamento comercial, em varias partes que se interligam como social e econômico. (ICDÍCIBUS, 2004, p. 35)

Diante do exposto percebe-se que a evolução da contabilidade depende intrinsecamente do desenvolvimento da sociedade vigente. Pode considerar a área contábil uma ciência social inserida que tem designo de analisar as alterações quantitativas e qualitativas acertadas na parte patrimonial (conjunto de bens, direitos e obrigações) das instituições, qualquer pessoa física ou jurídica que tem patrimônio.

É a ferramenta que minúcia uma grande parte de informações válido para tomar decisão internas e externas da empresa, uma companhia sem uma adequada contabilidade é como veleiro no oceano, sem orientação de uma bússola.

Por conseguinte se usada de forma eficaz é uma ferramenta imprescindível no momento das decisões importantes no ramo empresarial, com inserção da tecnologia da informação o trabalho contábil foi transformado bastando agora que o profissional traga apoio constante ao usuário, flexibilizando suas demonstrações as necessidades exigidas. (MARION, 1998, p.24)

O principal eixo de análise para o estudo da contabilidade está associada diretamente com o patrimônio, conforme a definição de patrimônio é uma soma de bens materiais e / ou imateriais, avaliado de forma monetária e atrelados à entidade pelo atributo de propriedade ou por cessão a algum título, podendo assim estar utilizando no giro dos negócios. As alterações patrimoniais incididas na entidade são minuciosamente contadas e analisadas pelo profissional e demonstradas a seus usuários pelo meio dos memorandos obrigatórios. (GRECO E AREND, 1997, p.3)

Os pilares da contabilidade têm como fins: planejamento e controle. Ela estuda e controla o patrimônio, armazenando os acontecimentos lá ocorridos, podendo assim demonstrar, em algum momento, tudo que foi coletado através de estudos e suas mudanças com variantes. (FRANCO, 1986, p.33)

O contabilista, deste modo, oferece subsídios sobre o determinado patrimônio, assim possibilita a empresa, pelo meio do controle, constatar se está atuando em concordância com a política e planos traçados e com um bom programa deliberar o trajeto a ser cursado rumo ao futuro.

4 CONTABILIDADE DIGITAL

Conforme Santos (2017), neste contexto, a informática é um instrumento importante nesse processo, pois, analisa e coleta dados que são acondicionados e realizados no sistema de informação da empresa e referentes órgãos onde o contador apresenta as informações, simplificando a assimilação das informações contidas nas inúmeras divisões de uma empresa.

Iudícibus (2004) alerta para a expectativa que se pode imaginar para o futuro, no que se refere à criação e melhoria de inovações tecnológicas que se tem disponibilidade. Podendo citar inúmeras tecnologias sendo uma bem conhecida o computador, atraindo o público pela

sua eficiência crescente quanto ao acesso e velocidade para ter acessibilidade a um determinado arquivo de informação por indivíduos devidamente cadastrados e autorizados através da modernização de todo um sistema.

Define a Tecnologia da Informação: [...] é um aglomerado tecnológico à serviço dos órgãos empresariais para implementar seu subsistema com inúmeras informações. Esse montante tecnológico está naturalmente interligado à parte da informática e à telecomunicação, assim como a toda a ampliação científica do método de transferência específica de dados. (PADOVEZE, 1998, p. 42)

Fica evidente no decorrer desse estudo que as alterações ficaram estagnadas e que todo o avanço sempre estará sendo evidenciado de forma contínua. Os tempos atuais remetem a uma clareza de mudanças de forma acelerada que estarão sendo constantes, numerando assim um dos aspectos mais extraordinários da realidade é que o progresso tecnológico interligado à informação que busca enormes benefícios na área contábil e nas organizações em todos os países.

Conforme Oliveira e Benediti (2018), a contabilidade digital representa uma nova visão dos serviços contábeis por meio de internet e programas minuciosamente formulados e online consente o nexo do profissional contábil com toda uma rede que consiste em fornecedores e clientes.

Segundo Iudicibus (2004), com a modernidade, no âmbito das informações da contabilidade chegam ao fisco de uma maneira mais coordenada e eficiente, dificultando as sonegações, as fraudes quase não existem, exemplo disso se dá ao fazer o imposto de renda, o mesmo entra no sistema do governo, onde existem cruzamentos de informações do fisco com as informações do contribuinte.

Para Oliveira e Benetidi (2018), com todavia as informações contábeis existentes nesse modelo de negócio estão prontas no sistema de gestão, portanto os documentos sendo enviados digitalizados, diminuem a probabilidade de desacertos dos escritórios.

Assim sendo para Oliveira e Benetidi (2018), na contabilidade digital e imprescindível o conhecimento do contador e, essencialmente se o contador agir de forma como consultor, ele terá um vasto campo para trabalhar. Ao associar concepções de automatização, inteligência artificial e análise de dados, a área contábil maximiza o desenvolvimento das tarefas do profissional. Assim, há um acréscimo da produção e diminui a chance de cometer erros, tendo mais credibilidade diante de seus clientes, pois a contabilidade digital aperfeiçoa os processos,

aumenta a produtividade, reduz as falhas e melhora o atendimento tornando mais preciso nas informações.

Iudicibus (2004), explana que com esse aparato em mãos, surgem muitos benefícios, ganhos no atendimento ao cliente, que se tornam fundamental, pois com o acesso direto a tal informação, o contador proporcionará mais períodos para estar se dedicando a outros serviços para o cliente.

4.1 O SURGIMENTO DA CONTABILIDADE DIGITAL

Oliveira e Benetidi (2018) informam que o surgimento da parte que moderniza a contabilidade onde se integra a parte digital teve início em 2015 com a conflagração para as atividades da área, com auxílio das tecnologias e da internet, foram desenvolvidos instrumentos para aprimorar e descomplicar o serviço do contador, tendo como finalidade a relação dos fiscos federal, estadual e municipais dentro de um padrão o compartilhamento das informações contábeis e fiscal digital de acordo com as advertências legais.

Para Pereira (2017), a contabilidade digital serve para auxiliar o trabalho do profissional de contabilidade, dando credibilidade ao mesmo, dando-o muitas vantagens, ela usa de ferramentas tecnológicas para ajudar as atividades contábeis:

- a) Em relação às obrigações acessórias são utilizados envios por e-mail de notas, declarações e guias;
- b) A interação contábil é realizada através de rede e sistemas de gestão de forma direta ao consumidor, pelo meio das importações das informações;
- c) O estudo financeiro é realizado todo em tempo real, por parte de acompanhamento remoto, colaborando assim com melhorando o acompanhamento de forma individual de cada movimentação financeira feita pela empresa;
- d) De forma compatível ao suporte oferecido ao cliente é o principal traço da modernização ofertado pela contabilidade digital, o contato acontece de uma forma eficaz.

Para Oliveira e Benetidi (2018), a organização contábil possui seus dados constituídos em arquivos digitalizados, e descartando o uso papéis, assim aprimorando o domínio para uma maior demanda concomitantemente, diminuindo a chance dano às outras, a contabilidade digital empenha-se a favorecer um melhor gerenciamento de tempo. Sem falar que o escritório ficara mais prestigiado, pois a parte operacional sendo para a tecnologia, a

gestão terá o alcance dos resultados mais precisos quase sem a possibilidade de erros nas informações, oferecendo-lhes um maior tempo para dedicar-se aos seus clientes.

4.1.1 Resolução do CFC sobre a contabilidade digital

Segundo Oliveira e Benetidi (2018) a contabilidade digital é regida e seguindo com a resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 061, de 09.12.2005, e foi revogado pela resolução do CFC nº 1.078, em 2006. Foi estabelecido o Leiute Brasileiro desta área da contabilidade digital, ornando às Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), para os fins de geração, armazenamento e escrituração de informações contábeis no âmbito digital.

Tendo assim como objetivos que podem ser descritos:

- a) Unificar os métodos para a escrituração contábil digital e para o envio das Demonstrações Contábeis, o plano de contas referencial para a geração do Leiute Brasileiro de Contabilidade, permitindo disponibilizar informações digitais para indivíduos devidamente autorizados e mantendo o armazenamento desses arquivos dentro dos prazos legais no país.
- b) Manter a estabilidade estrutural e as atributos dos lançamentos contábeis e das Demonstrações Contábeis a ser colocadas no Livro Diário Digital.
- c) Formar a estrutura e manter parâmetros nos lançamentos contábeis a serem anexados nos Livros Auxiliares Digitais.
- d) Adequar à forma dos procedimentos de escrituração da contabilidade digital, sua disponibilidade para indivíduos autorizados durante o período de armazenamento e também pelos prazos legais, vendo à harmonização contábil.

A norma prevê como devem ser seguidas com a conservação da informação contábil:

Art. 3º O empresário e a sociedade empresária que mantiver escrituração contábil em forma eletrônica devem gerar, anualmente, referente ao exercício social, ou em outros períodos excepcionais, o arquivo da escrituração contábil digital, incluindo os livros auxiliares com base no leiute definido nesta Norma. (CFC Nº 1.061 de 09.12.2005.).

De acordo com as regras da escrituração em forma eletrônica na contabilidade, eles devem assinar este arquivo em conjunto com o profissional contábil que tenham o certificado digital, e conservá-los em prazos legais, eles asseguram as algumas situações, também citados na resolução por Oliveira e Benetidi (2018):

- a) interoperabilidade entre os diversos sistemas computacionais utilizados ao longo do tempo;

b) garantir a transferência da escrituração contábil ao novo responsável técnico, nos casos de mudança de responsabilidade técnica.

Em relação à execução:

Art. 4º O empresário e a sociedade empresária devem ter mecanismos que permitam ao contabilista adotar sistemas de backup, visando garantir a segurança quanto à disponibilidade da escrituração contábil digital em casos de extravio e desastre computacional (CFC Nº 1.061 de 09.12.2005).

Como todo programa gerado na internet, as informações que neles estão inseridas ficam seguros, para que isso ocorra, são feitos backup como meio de proteção contra situações que possam surgir, como perda de dados e situações embaraçosas. Por esse motivo, todas são responsabilidades previstas no caput será do contabilista, isto significa que quando a escrituração contábil de forma eletrônica estiver sob responsabilidade do profissional contábil, o mesmo tem o dever de organizá-la, esta é a definição do CFC (2015).

4.1.2 Sistema Público de Escrituração Digital

Segundo Borges e Miranda (2009), o Sistema Público de escrituração digital foi instituído pelo decreto nº 6022, de janeiro de 2007, por parte do Governo Federal. Muitos profissionais acharam ser um problema, visualizando as dificuldades com o mesmo, já outros acharam um facilitador para as tarefas que correlaciona entre o fisco e o contribuinte.

Para Borges e Miranda (2009), o sistema público de escrituração digital foi criado com objetivo de modernizar as realizações de tarefas acessórias e compor e integrar a administração tributária nas três esferas: Municipal, Estadual e Federal. Com tudo isso veio à certificação digital a fim de se criarem assinaturas de documentos eletrônicos, garantindo sua viabilidade jurídica em sua forma digital.

Vale salientar que os documentos do SPED dispõem de caracteres de comprovação diante do Poder Judiciário e demais áreas.

[...] com o novo sistema: os livros e documentos contábeis e fiscais passaram a ser emitidos de forma eletrônica e enviados para a base de dados do SPED, chamada de Repositório Nacional. Supercomputadores passaram a auditar e cruzar os dados em tempo real e as três esferas de arrecadação (municipal estadual e federal), passaram a compartilhar informações, eliminando a possibilidade de um agente público fraudar dados e/ou compactuar com práticas de sonegação fiscal (AMARAL, 2017, p. 1).

A princípio teriam três (três) vastos, grandes projetos para a sua inserção: Escrituração Contábil DIGITAL (ECD), Escrituração fiscal digital (EFD ICMS /IPI) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) com o seu progresso passou a ser englobados vários outros documentos e escriturações eletrônicas, e por isso estabeleceu vários outros serviços. Segue a lista dos serviços do SPED:

- a) Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais
- b) Conhecimento de Transporte eletrônico (CT-e)
- c) EFC Contribuições
- d) Escrituração Contábil Fiscal (EFD-Reine);
- e) Escrituração Digital das Obrigações Fiscais;
- f) Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e);
- g) Previdência e Trabalhistas (e-social);
- h) Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais (MDF-e);
- i) e-financeira;
- j) Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e)

Oliveira e Benetidi (2018), explicita que a princípio teriam 3(três) projetos para a sua inserção: A ligação de todos os projetos e seu desempenho nos três setores, o que compreende uma estimativa de dados que possibilita a observação e a intercepção das informações contábeis e fiscais em tempo real.

Segundo Oliveira e Benedeti (2018), nem tudo é de forma sucinta, pois o SPED ainda é uma forma de facilitar a prestação de informações ao fisco, no entanto ele vem transferindo muitas atribuições, que se configuram difíceis, pela existência de setores que exigem informações que as empresas julgam serem perigosas, como o excesso de informações pode causar desordens, então se faz necessário que se tenham pessoas habilitadas e tecnologia para facilitar e compreender melhor as informações para que descorem as exigências.

Para Amaral (2017), muitas informações enviadas ao fisco, vão facilmente elucidar os erros, sejam de forma proposital ou não, disponibiliza um risco de atuações feitas pelas autoridades fiscais, de acordo com o art. 57 da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, as multas podem chegar a 3% do valor das transações comerciais ou das operações financeiras no caso de informação, inexata, omitida ou incompleta. Porém o risco não é só esse, o pagamento de impostos a maior e a não utilização de créditos fiscais causam perdas financeiras substanciais.

Para Borges e Miranda (2009), enviar os arquivos sem realizar uma minuciosa revisão

poderá resultar em diversos questionamentos (o que vai levar os fiscais para dentro da empresa) e autuações digitais (através da simples leitura e cruzamento das informações disponibilizadas). É importante salientar que o recomendável para realizar estas verificações é a aplicação da metodologia de Auditoria Eletrônica, capaz de conciliar e validar todos os dados em poucos segundos.

Segundo Oliveira e Benedeti (2018), examinar as informações com capacidades diferentes, cruzam dados de arquivos diferentes, para distinguir contradições nos registros, isso consiste que o profissional contábil origine dados com plena totalidade e garantia.

De acordo com Amaral (2017) compreender bem o SPED, coloca o contador em evidência no mercado e possibilita o melhoramento; aprimoramento nas funções e análises, e auditoria de arquivos eletrônicos. É um serviço veemente primordial nos dias atuais, pois é necessário verificar detalhadamente os dados conforme as regras legais e cruzar todas as informações realizáveis antes que a fiscalização encontre algum erro ou inconsistência. Por essa razão, as empresas tem facilidade de um crescimento resistente e garantido, esquivando-se de um susto de processo fiscal abrupto.

Para Sasso e Rosa (2011), o segredo do sucesso desse profissional de contabilidade é aplicar o conhecimento em instrumentos tecnológicos, com isso, o contador terá mais visibilidade, e será diferenciado dos outros, seguramente estará em outro nível, em outro patamar em relação aos demais. Seguramente ele terá seu trabalho reconhecido, ele pode proporcionar as atividades planejadas de forma estratégica como fidelizar clientes, e pensar frequentemente, incansavelmente como ultrapassar seus concorrentes.

Nesse contexto é perceptível as mudanças benéficas do SPED ao trabalho do profissional contábil, que adequando-se a novas tecnologias e se dispondo de tempo e planejamento para seu trabalho poderá alcançar seus objetivos. Sabendo-se que o profissional desse século deverá acompanhar as mudanças da sociedade moderna faz-se necessário cada vez mais o aprimoramento em todos os âmbitos dos setores que trabalham diretamente com o público.

5 SURGIMENTO DO SPED (SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL)

Para Santos (2017), todas as inovações e o aceleração da modernidade devido a globalização, e a competitividade mercadológica exigem uma enorme capacidade de adaptação por parte do contador, e com a expansão do número de empresas que são obrigadas a assentir ao SPED tente a ter um aumento também de preocupação em torno do assunto.

O SPED é uma evolução da tecnológica que vem aos poucos e chegará a quase todas as empresas do país e cujas a demanda de exigências atingem de forma significativa a forma de operação dessas organizações. Basicamente o SPED vem sendo uma ferramenta de facilitação através da modernização fornecida pela Receita Federal que oficializa toda a documentação específica e de forma padronizada através de um modelo estrutural. (NASAJON E SANTOS, 2010, p.5)

De acordo com Sasso e Rosa (2011), no contexto, o projeto SPED modifica o método de cumprimento das obrigações acessórias que são feitas por parte do contribuintes, havendo uma substituição da emissão de livros e documentos em papel por documentos eletrônicos, onde a autoria, integridade e validade jurídica estão reconhecidas pelo uso da certificação digital; essa parceria governamental junto com a sociedade buscando diminuir essas obrigações demonstra uma imensa importância para aumentar a eficiência e eficácia deste sistema.

Conforme Sasso e Rosa (2011), pesquisas nessa área mostram que a inserção do SPED busca alinhar os fiscos através de um padrão e compartilhamento das informações no que se refere a contábeis e fiscais, padronizar as obrigações acessórias ao estabelecer a transmissão única destas obrigações de diferentes órgãos fiscalizadores e também com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e com isso identificar com mais agilidade e presteza os ilícitos tributários.

Para Sasso e Rosa (2011), com a implantação do SPED, as informações estarão disponíveis em um leiaute estruturado para o fisco realizar cruzamentos que apontam inconsistências e o contribuinte terá a diminuição da quantidade de declarações a ser entregues.

5.1 BENEFÍCIOS DO SPED

Para Oliveira (2009), o novo sistema busca unificar o cumprimento de obrigações, facilitar os trabalhos dos auditores e agilizar o tratamento das informações.

Conforme o autor, os principais objetivos do SPED são:

Maximizar a integração dos fiscos

Unificar e compartilhar as informações contábeis e fiscais;

Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias;

Estabelecer uma transmissão única de destinados obrigações acessórias de diferentes órgãos

fiscalizadores;

Torna-se mais célere a identificação de ilícitos tributários;

Fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica;

Rapidez no acesso às informações.

Segundo Mahle e Santana (2009), a diminuição dos custos, junto com ele a omissão de papéis, com uso da sede faz com que a empresa entre no botão do automático em força da lei, livrando de possibilidades de erros, fraudes involuntárias.

Para Duarte (2009), o SPED é um plano de introdução da inteligência fiscal brasileira na era do conhecimento, melhor explicitando, as autoridades fiscais, em todos os níveis, e está sendo utilizada a tecnologia da informação para da agilidade e exatidão das informações, as que forem consultadas, preparando seus profissionais para examinarem tais informações em busca de erros, fraudes ou sonegação.

Conforme Oliveira (2009), por meio da integração dessas informações, o fisco terá um mapeamento de todas as operações realizadas pelo contribuinte, ressaltando diante da saída da mercadoria do estabelecimento ao contribuinte transmitindo ao fisco todas as informações nela contida a essa transferência, toda via, qualquer que seja o erro ou aplicação de dados feito de forma errônea será espontaneamente detectado.

A seguir segue cada grupo subdividido do SPED.

A) Nota Fiscal Eletrônica

Conforme Borges e Miranda (2009), o conceito sobre a Nota Fiscal Eletrônica considerada um documento digital, preferido e registrado eletronicamente, com a intenção de comprovar, para obtenção fiscais, com uma realização de circulação das mercadorias ou ainda uma prestação de serviços realizadas entre elas. É considerado Nota Fiscal Eletrônica, o documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja a validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente.

De acordo com Borges e Miranda (2009), sua juridicidade é assegurada pela assinatura digital do remetente (explanação de autoridade e de responsabilidade) e pela recepção, pelo fisco, do documento eletrônico, antes da ocorrência do fato gerador.

Conforme Tessmann (2011), a Nota Fiscal Eletrônica tem validação em todas as instâncias federativas e desde já é um fato constatado na nossa legislação desde outubro de 2005, com o consentimento do Ajuste SNIEF 07/05 que principiou nacionalmente a Nota Fiscal Eletrônica DANFE, estabelecida nacionalmente pelo Ajuste SINIEF 07/05, determina

também a criação do DANFE, documento fiscal que acompanha a mercadoria durante o transporte dela do fornecedor até o cliente. Teve determinadas transformações pelo Ajuste SINIEF 04/06. O Ato COTEPE 72/05 vem transportar os parâmetros técnicos sobre a NF-e, DANFE, pedidos de concessão de uso, cancelamento e inutilização de NF-e. Esse Ato já teve distintas alterações, cabido a atualização do sistema.

A partir do progresso da NF-e a Secretaria da Fazenda poderá verificar todas as etapas do uso dos arquivos eletrônicos, proporcionando maior velocidade e segurança à fiscalização. Tencionado o protocolo ICMS 68/08, dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (N Fé) para partir de 1º de abril de 2008 para determinados indivíduos.

B) Certificado digital

Segundo Borges e Miranda (2009), o certificado digital é um documento eletrônico que proporciona fundamentar a identificação de um indivíduo, uma empresa ou site, para garantir as transações on-line e a transferência eletrônica de documentos, mensagens e dados, com a suposição de valimento jurídico. O site do ICP-Brasil (2011), traz a seguinte colocação, que a assinatura digital é o código anexado ou logicamente associado a uma mensagem eletrônica que permite de forma única e exclusiva a comprovação da autoria de um determinado conjunto de dados (um arquivo, um e-mail ou uma transação). Por sua vez o sítio da RFB (RECEITA FEDERAL DO BRASIL), a certificação digital empregados nas transações eletrônicas assegura:

Privacidade nas transações- É a segurança de que as referências, esclarecimentos trocados nas transações eletrônicas não serão lidas, violadas por outras pessoas;

Integridades das mensagens- Assegura que as informações enviadas por meio digital não foram modificados, mudadas no decorrer do caminho;

Autenticidade- Assegura veementemente a identificação do início e do caminho final da informação;

Assinatura digital- Consente conferir a segurança, o princípio e a imparcialidade desse documento eletrônico.

C) Escrituração Fiscal Digital

De acordo com Mahle e Santana (2009), a escrituração fiscal digital é uma cobrança de uma assessoria as pessoas jurídicas contribuintes do imposto sobre a circulação de mercadorias (ICMS) e imposto sobre produtos industrializados (IPI), sabendo que esses impostos não utilizam de sistema informatizado para lançamento de nota fiscal.

Segundo Mahle e Santana (2009), designado pelo convênio ICMS N.143, de 2006 a Escrituração fiscal Digital (EFD) ou SPED fiscal é um arquivo digital que contempla de um ajuntamento de escriturações de documentos fiscais das Unidades Federativas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil a se tratar assim dos documentos de apuração de impostos relativos às transações e prestação feita pelo o contribuinte.

Para Borges e Miranda (2009), a contar do seu sistema fiscal uma empresa constitui um arquivo digital conforme o leu-te determinado em ATO Cotep/ICMS N. 09 de 2008, estabelecendo todos os requisitos fiscais e outros conhecimentos relevantes do fisco Federal e Estadual, no que se refere a data da apuração dos impostos ICMS e IPI, esse arquivo deverá em via de regra ser obrigatório a importação e validação pelo programa Validador e Assinador (PVA), fornecido pelo SPED.

Conforme Borges e Miranda (2009) em via de regra, a regularidade de apresentação essa é feita mês a mês, de acordo com a clausula 8 do convênio ICMS N.143/06, os contribuintes do ICMS ou do IPI que ficam compelidos à escrituração fiscal digital (EFD) a datar de 1º de janeiro de 2009, sendo concedida a cada uma das unidades federativas, composto junto com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, proporcionarem esta obrigação, para assegurado contribuinte decorrente ao exercício de 2008.

A cláusula 7º (Sétima) do convênio ICMS (Imposto De Circulação Mercadoria e Serviço) 143/06 determina que a escrituração predita dessa maneira, o convênio representa a escrituração e a impressão dos livros aqui relacionados: Registro de saída; Registro de apuração do ICMS; Registro inventário; Registro de entrada; Registro de apuração de IPI.

D) Escrituração contábil digital

Para Borges e Miranda (2009), em se tratando dessa escrituração de forma resumida, podemos analisar que a Escrituração Contábil Digital (ECD) ou SPED digital, funciona como uma permutação dos livros da escrituração mercantil pelos seus semelhantes digitais.

Já Mahle e Santana (2009), define que a Escrituração Fiscal Digital qual usa se o termo ECD foi estabelecida através da Normativa da Receita Federal RFB nº 787, de 19 de novembro de 2007. É uma obrigação acessória que tem por objetivo permutar os livros

impressos pelos livros digitais e fazer a proteção dos livros físicos, que devem estar guardados no estabelecimento em caso de empresas com filiais.

E) Obrigatoriedade de Entrega

Segundo a Instrução Normativa RFB nº 787 de 19 de novembro de 2007, estão obrigadas a adotar a ECD em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007 e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real; (Redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 926/2009) em relação aos fatos contábeis desde 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. (Redação da pela Instrução Normativa RFB nº 926, de 11 de março de 2009).

Conforme o artigo 5 da Normativa 787, o prazo máximo para transmissão do ECD é até 20 horas (horário de Brasília) do último dia do mês de junho do ano seguinte ao ano calendário a que se refira a escrituração. A multa estipulada pelo mesmo atraso ou a não apresentação no prazo fixado é no valor de 5000,00 por mês-calendário ou fração. De acordo com Oliveira (2009), a contabilidade deverá ser traduzida para um plano de contas criado pela própria Receita Federal. Ou seja, a técnica contábil empregada pelo contabilista para registrar as mutações do patrimônio da empresa deverá ser posteriormente adaptada aos padrões da Fiscalização.

Diante as modalidades das várias legislações que versa da matéria, este arquivo pode ser acordado formalmente pelos sinônimos: Livro Diário Digital, Escrituração contábil digital ECD, ou Escrituração contábil de forma eletrônica. Este arquivo é subjugado do programa Validador e Assinador PVA, sem incerteza o arquivo deve ser obrigado a ser sujeito ao ambiente SPED, via internet.

Segundo Borges e Miranda (2009), serão obrigados ao SPED às pessoas jurídicas, a contar de 2008, sendo aqueles que participarem parte das sociedades empresariais sujeito à orientação econômico-financeiro diversificando, junho qual se refere à portaria RFB N. 11.211, de 7 de novembro de 2017.

Para Borges e Miranda (2009), a partir de 01 (um) de janeiro de 2009 o SPED será compelido à sociedade empresarial sujeito à tributação do Imposto de Renda tendo a base desse imposto o Lucro Real ficando permitidos à entrada da Escrituração Contábil Digital as demais sociedades empresariais. Gerindo o que é predito as seguintes foram de escrituração

contábil digital abaixo: Razão Auxiliar; Diário Auxiliar; SPED Contábil; Balancetes Diários e Balanços; Diário Geral com Escrituração Resumida; Diário Geral.

O SPED contábil será obrigado a ser assinado, de forma digital, a contar pelas seguintes pessoas: O representante cadastrado na junta comercial, com poderes para a prática de tal ato e o contabilista responsável pela empresa. O programa Validade e Assinador-PVA só consente que o contabilista assine após a representante empresa. De acordo com a instrução normativa DNCR 107/08, precisam ser aplicados certificados digitais de pessoa física, para chamamento dos arquivos digitais a Receita Federal. O documento eletrônico de entidade e CPF foi elaborado para descomplicar a ligação entre os contribuintes brasileiros e a Receita Federal.

Ainda utilizando as contribuições de Borges e Miranda (2009), vemos que é empregado para asseverar a fidelidade dos remetentes de documentos e dados que percorrem pela internet, testando a sua inviolabilidade, foi instruído para descomplicar entre os contribuintes e a Receita feral gerando assim uma situação de bom relacionamento entre ambos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aprimoramento de qualquer invenção ao longo da história favoreceu a humanidade. Sendo a tecnologia um fator singular para agilidade de todo um sistema veio também aprimorar o sistema contábil, assim este sistema inovador que é o SPED está ligado as informações perante a Receita Federal e Estadual, levando a contabilidade a era tecnológica, assim para os profissionais desta área passa a existir uma forma inovadora de trabalho sendo mais fácil devido oferecer um aceso rápido a uma plataforma com arquivos eletrônicos que facilita o aceso a todos que fazem parte da transação.

Além das empresas privadas, Conselhos Regionais de Contabilidade, fornecedoras de softwares ofertam cursos que capacitam, sendo que as últimas oferecem capacitação e aperfeiçoamento para os profissionais que atuam de forma direta nas escriturações e estes ao quando deparar-se com qualquer dificuldade na geração dos arquivos, rotineiramente buscam o suporte que é ofertado pela empresa.

Mas atualizar o profissional contábil em função do SPED não se trata de apenas analisar os parâmetros e esta cumprindo os prazos para entrega dos arquivos, pois a qualidade das informações que é esta sendo ofertada terá maior importância, e o maior desafio é

sobreviver ao Sistema Tributário Nacional, sendo muitas vezes inconstante e não padronizado.

Enfim, o SPED que desde 2014 se tornou obrigatório em todo o Brasil, mostra benefícios para profissional contábil, empresário e especialmente para o Estado, pois ao produzir informações contábeis integras e realistas, o sistema oferta embasamento para uma minimização na carga da sonegação e conseqüentemente a ampliação na arrecadação, o que pode proporcionar a sociedade brasileira maiores recursos a serem aplicados em educação, saúde, segurança, transportes, entre outros.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, C.; CARVALHO, J. T. **A Evolução da Contabilidade: Seus Avanços no Brasil e a Harmonização com as Normas Internacionais**. Instituto de Ensino Superior Tancredo de Almeida Neves. Armário de Produção. Ano 1.N.1,Out.2012. Disponível em:<http://www.iptan.edu.br/publicacoes/anuario_prodcientifica/arquivos/revista1/artigos/ArtigoCarla_Joziane.pdf>. Acesso em: 09 Maio 2021.

AMARAL, Frederico. **Você realmente sabe o que é o SPED? e- AUDITORIA**. Juiz de Fora MG, 19 out. 2017. Disponível em: < <http://www.eauditoria.com.br/publicacoes/artigos/voce-realmente-sabe-o-que-e-o-sped/>>. Acesso em: 28 Mar. 2021.

BARRETO, Gualter Alves. **Manual do Contador**. Disponível em: <www.manualdocontador.com.br> Acesso em: 12 de Janeiro de 2021.

BORGES, V. A. A. de S; Miranda, C. C. F. de; **A Contabilidade na era digital**. Disponível em: <<https://revista.pgsskroton.com/index.php/rcger/article>>. Acesso em: 20 Abr. 2021.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 3v.

CATARINENSE DA CIÊNCIA CONTÁBIL CRCSC Florianópolis, v. 8, n. 23, p. 73 - 92, abr./jul. 2009.

COELHO, José Martonio Alves. Resolução **Conselho Federal de Contabilidade - CFC** Nº 1.061 de 09.12.2005. Portal de Contabilidade, Curitiba, 27 dez. 2005. Disponível em: < https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-1061-2005_101298.html>Acesso em: 29 Maio 2021.

CRUZ, C. G. C; SILVA, A. P. Fragmentos da História da Contabilidade: Da Antiguidade a Luca Pacioli. **Revista multiplica**. ANO 4, 2001.

FRANCO, H. **Contabilidade geral**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

GRECO, Alvíso; AREND, Lauro. **Contabilidade Teoria e Prática Básicas**. 7. Ed.São Paulo: Atlas, 1998.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

LIDA, E. A.; CREPALDI, P. G. **História da Contabilidade**. 2017. Disponível em: < https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_54_1529444950.pdf>. Acesso em: 22 Mar. 2021.

MAHLE, M.M; SANTANA, A. F. B. Sistema **Público de Escrituração Digital - Sped**: um estudo nos escritórios de contabilidade no município de Pinhalzinho/SC. Revista CATARINENSE DA CIÊNCIA CONTÁBIL – CRCSC – Florianópolis, v. 8, n. 23, p. 73 - 92, abr./jul. 2009

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 6. ed. São Paulo, 1998.

MARTINS, E.; DINIZ, J.; MIRANDA, G. **Análise Avançada das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, E. (2012). **Pesquisas Contábil**: Uma Análise Filosófica. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Fabio Rodrigues de. **SPED: as teletelas do contribuinte**. Disponível em: <<http://www.revistarazacontabil.com.br/index.php?option>> Acesso em: 23 Mar. 2021.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. São Paulo: Atlas. 2007.

PEREIRA, Raissa Vieira. **Resumo contabilidade digital**. Instituto Maranhense de Ensino e Cultura, São Luís, 2017. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/36207461/contabilidade-digital-resumo>>. Acesso em: 28 Maio 2021.

QUINTANA, Alexandre Costa. **Contabilidade básica: com exercícios práticos**. De acordo com as normas brasileiras de contabilidade do CFC. Atlas, 06/2014. [Minha Biblioteca]. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522489619/cfi/4!/4/4@0.00:10.9>>. Acesso em: 26 Mar. 2021

RIBEIRO FILHO, José Francisco; LOPES, Jorge; PEDERNEIRAS, Marcleide. **Estudando Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

RONCALIO, M. P. **Princípios e Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público**. 1. ed. Florianópolis: CRCSC, 2010. v. 1.

SÁ, Antonio Lopes. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SÁ, Antonio Lopes. **História da contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SÁ, Antonio Lopes. **Teoria da contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SASSO, A; ROSA, I; BARBOSA, A. **O SPED e seus reflexos na profissão contábil**. 2011. Disponível em: <http://www.fecilcam.br/nupem/anais_vi_epct/PDF/ciencias_sociais/03_Soc_Aplic_Completo> Acesso em 30 Maio 2021.

SANTOS, Anna Carolina Rocha. **Tratamento contábil-tributário para transmissões não onerosas de bitcoins no Brasil**. 2017. 31 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel), Ciências Contábeis, Centro Universitário de Brasília (UniCEUB). Brasília. 2017.

SISTEMA público de escrituração digital. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n.174, p. 15 à 23, novembro/dezembro de 2008

SOMBRA, R. S, Contabilidade: descoberta, evolução e globalização de uma ciência, 2013. Disponível em: <https://www.faculdadescearenses.edu.br/biblioteca/TCC/CCO/CONTABILIDADE%20DESCOBERTA%20EVOLUCAO%20E%20GLOBALIZACAO%20DE%20UMA%20CIENCIA.pdf>. ACESSO EM: 25 de Fevereiro de 2021.

TESSMANN, Gislaine de Melo. O desafio da contabilidade digital para os profissionais contábeis. 2011. 69p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis). Universidade do Extremo Sul CatarinenseUNESC, Criciúma, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/506/1/Gislaine%20de%20Melo%20Tessmann%20.pdf>>. Acesso em: 28 Março 2021]

ZANLUCA, Júlio César. História da Contabilidade. 2013. Disponível em: <www.portaldacontabilidade.com.br/tematicas/historia>. Acesso em: 1Fevereiro. 2021.